

Restrições atingem o Mercosul

Monica Yanakiew
e Maysa Previdello
de Brasília

Um mês depois de ter anunciado medidas para conter as importações e também a especulação financeira, o Banco Central constatou que os agentes de mercado encontraram logo uma forma de burlar as novas regras. Entre 26 de março e 21 de abril, os pedidos de registro de compras no exterior, financiadas em até dois anos, aumentaram quase 92 vezes. Passaram de uma média de US\$ 627 mil por dia para US\$ 57,6 milhões diários, totalizando US\$ 1,55 bilhão em importações nesse período.

O valor representa 61,3% da soma de importações registradas nos mesmos 26 dias, que totalizaram US\$ 2,53 bilhões. As cifras elevadas levantaram suspeitas no BC, cuja Medida Provisória (MP) 1.569 restringia as operações financiadas em até 360 dias. As normas, anunciadas dia 26 de março, provocaram uma crise com a Argentina, Uruguai e Paraguai, que se sentiram traídos por não terem sido avisados, com antecedência, das novas regras que afetariam mais da metade de suas exportações ao Brasil.

“Alguns importadores estavam pedindo financiamentos de 361 dias ou mais, mas esse prazo de pagamento era fictício”, disse um técnico do BC. “Na verdade eles pagavam 95% do empréstimo em, digamos, 200 dias. Na prática, obtinham o financiamento a curto prazo e burlavam a MP”, acrescentou.

Para evitar esses abusos, o BC anunciou o que chama de “uma simples regulamentação” da MP 1.569, que na verdade amplia os alcances da medida e afeta os exportadores de outros países – inclusive os do Mercosul. Mas dessa vez, o BC cumpriu o acordo selado pelos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Carlos

Menem, há duas semanas, de que um país anteciparia ao outro qualquer medida que pudesse afetar sua economia.

“O presidente do BC, Gustavo Loyola, telefonou para o presidente do Banco Central da Argentina (Pedro Pou) na quarta-feira passada, antes de anunciar a medida”, assegurou a esse jornal o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente. Em março passado, foi a imprensa nacional que comunicou que o BC estabelecia novas regras para importações.

As reclamações foram tantas que o BC acabou abrindo uma exceção para o Mercosul e também para o Chile e a Bolívia. Importações desses cinco países, de valores inferiores a US\$ 40 mil, tinham um prazo adicional de um mês para serem pagas. “A nova circular não acres-

centa novas restrições”, disse ontem o Ministro da Fazenda, Pedro Malan, quando consultado sobre outra possível reação dos vizinhos.

Apesar de manter a exceção concedida, a nova circular afeta o Mercosul porque amplia os alcances da MP: importações financiadas a prazos superiores a 360 dias, que até hoje escapavam de qualquer medida restritiva, agora estarão incluídas no pacote, se uma ou mais parcelas do empréstimo vencerem antes de um ano.

Uma operação de US\$ 1 milhão, dividida em quatro parcelas de US\$ 250 mil e financiada a 800 dias, estava liberada. A partir do dia 1º de maio, a primeira parcela que vencia aos 200 dias estará sujeita às regras da MP: será liquidada 180 dias antes, ou seja no vigésimo dia. As outras três (que venciam aos 400 dias, 600 dias e 800 dias) ficam de fora.